

## **A REVALORIZAÇÃO E DIFUSÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL COMO MEIO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO RURAL E CULTURAL: ESTUDO DE CASO DA REDE GALEGA DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO”**

**Rosângela CUSTÓDIO CORTEZ THOMAZ\***

**Resumo:** Este texto tem o propósito discutir o fator econômico do Turismo que foi o primeiro a despertar a atenção para esta atividade. Mas, atualmente, pensar dessa forma é limitar sua real abrangência e os benefícios que o Turismo traz em seus diferentes âmbitos além do econômico: cultural, social e ecológico. O patrimônio arqueológico é um recurso social, cultural e também econômico, para utilização tanto educativa como comercial; este último, a cargo do turismo, é imprescindível à valorização, ou seja, à sua estimativa para identificação social. Isto implica que, o processo de construção sociocultural do passado deve envolver diferentes atores sociais, com diferentes graus de responsabilidade, mas todos com um compromisso com a salvaguarda da propriedade cultural, simbólica e material como um aspecto significativo. Falar de bens culturais não é referir-se a um inventário de objetos atraentes, que pode mostrar os sítios arqueológicos, com uma arquitetura monumental: é, também, parte integrante de conhecimento e interpretação contextualizada do patrimônio cultural e inter-relacionados ao ambiente natural, onde os objetos e sítios arqueológicos são apenas parte de um todo, integrado a um sistema cultural que manifestam processos históricos únicos e não repetíveis no tempo e no espaço. A gestão adequada dos bens culturais é de fundamental importância para as comunidades que a possuem, já que servem para fortalecer a identidade e diversidade em um mundo globalizado, que tem como paradigma uma homogeneização do consumo indiscriminado.

**Palavras-chave:** turismo, patrimônio cultural / arqueológico, rede galega.

---

\*Endereço eletrônico: [rocortez@rosana.unesp.br](mailto:rocortez@rosana.unesp.br) - Docente do Curso de Turismo da UNESP, Pós-Doutora em Turismo pela Universidade de Santiago de Compostela – ES e Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Turismo no Espaço Rural – GEPTER.

# A REVALUATION AND DIFUSION OF CULTURAL HERITAGE AS MEANS OF DEVELOPEMENT RURAL TURISM AND CULTURAL: CASE STUDY OF GALICIAN NETWORK OF ACHAEOLOGICAL HERITAGE

**Abstract:** This article aims to discuss the economic factor of Tourism which was the first to attract attention to this activity. But now, thinking this way is to limit its scope and the real benefits it brings in different areas beyond the economic, cultural, social and ecological. The archaeological heritage is a social resource, cultural and also economical to use them both educational and commercial, the latter in charge of tourism, it is essential for recovery, ie, its estimate for social identification. This implies that in the process of socio-cultural past must involve different social actors, with varying degrees of responsibility, but all with a commitment to the safeguarding of cultural property, symbolic and material as a significant aspect. Speaking of cultural property does not refer to an inventory of attractive objects, which can show the archaeological sites with monumental architecture, but an integral part of knowledge and contextualized interpretation of cultural heritage and inter-related and natural environment, where objects and archaeological sites are just part of a whole system integrated with a cultural historical processes which manifest unique and not repeatable in time and space. The proper management of cultural property is of fundamental importance to the communities that are already serving to strengthen the identity and diversity in a globalized world that has as a paradigm homogenization of indiscriminate consumption.

**Keywords:** tourism, cultural heritage / archaeological, galician network

## 1. INTRODUÇÃO

Ainda que não seja o único fator a determinar a atratividade geral de uma região turística, a cultura é muito rica e diversa. Os elementos da cultura de uma sociedade constituem um reflexo complexo da forma como seu povo vive, trabalha e se diverte.

Desde o final dos anos setenta se reproduz na Europa e América toda uma série de felizes acontecimentos de massa, que celebram o passado e que podemos associar ao advento de uma “nova” preocupação

pelo patrimônio cultural dos povos. A título ilustrativo, podem ser citados alguns dos mais significativos destes fatos, procedentes de países distintos, como: - bicentenário dos Estados Unidos, em 1976; - inauguração do Ano do Patrimônio, em finais de 1979, pelo Governo francês, com grande solenidade; - em 1988, o bicentenário do nascimento da Austrália, desencadeou a curiosidade em descobrir o passado daquele continente solitário; no ano de 1989, comemoraram-se os 1000 anos do nascimento político da Cataluña, entre outros exemplos (BALLART, 1997).

Através destas manifestações mais significativas, deste *boom* do patrimônio das últimas décadas, flui uma corrente social poderosa que valoriza a recuperação do passado, porque sente necessidade dele. Nesse sentido, a preocupação contemporânea por conservar o legado do passado, aparece como um fenômeno geral dentro das sociedades modernas, complexo e duradouro, que não para de crescer durante as últimas décadas. Segundo Reis (2003, p. 47), o turismo cultural deve ser considerado

“como uma atividade em que o deslocamento ocorre para lugares em que a motivação é à busca do conhecimento, da interação, da informação, da curiosidade cultural, dos costumes, da tradição e da identidade. Seus fundamentos são os elos entre passado e presente, (...) e representa a possibilidade da revitalização do patrimônio, de revigoração das tradições, da redescoberta de comportamentos que foram suplantados pelo mundo moderno e da ressignificação da cultura”.

A utilização de recursos culturais como atrativos para o turismo é uma atividade antiga e mundialmente reconhecida, como, por exemplo, na Espanha, cuja diversidade de recursos patrimoniais declarados tem crescido muito nos últimos anos, destacando-se principalmente as zonas arqueológicas. O esforço para melhorar o uso e a gestão turística tem acontecido pela criação de equipamentos, melhorias nos acessos do público, planos de sinalização, capacitação de serviços de guias especializados, publicação de materiais informativos, planejamento para a implantação de projetos que contemplem a preservação do patrimônio e a participação da comunidade local, entre outros.

O passado é, cada vez mais, tema da atualidade. Os vestígios que se dispõem ao público são cada vez mais atrativos, sendo que a viagem e a visita caracterizam um dos contextos mais habituais de acesso ao passado e

a seus restos materiais. E, também, o turismo é uma atividade que, em menos de um século, se transformou, necessitando cada vez mais de atrações que permitam suprir o tempo do ócio, e o patrimônio arqueológico passou a ser uma delas.

Os fatores que alimentam o desenvolvimento dos novos modelos turísticos – turismo rural e cultural em geral – são os que promovem a aproximação do público com o passado e com a arqueologia. O patrimônio arqueológico e cultural de uma região serve como recurso para instrumentalizar o desenvolvimento comunitário, pois, a partir dele, pode fomentar-se a autoavaliação e coesão da comunidade, de suas tradições e valores o que, por sua vez, serve como desenvolvimento econômico através de sua utilização como atrativo turístico.

Na Espanha, mais especificamente na Galícia, há uma notável preocupação em analisar a problemática do patrimônio Histórico e Cultural sob a perspectiva de seu uso, seu valor, sua rentabilização. E esse interesse por sua utilização, afortunadamente, vai além do campo da História, ou da Arte, ou da Arquitetura, tradicionalmente responsáveis pelo estudo do patrimônio.

Na atualidade, existe na Espanha um setor de público cada vez mais numeroso, pessoas que, descontentes com a oferta turística clássica, centrada no binômio de sol e praia, demanda o acesso a zonas geográficas menos massificadas e que contenha elementos importantes do patrimônio natural e cultural, que lhes permitam desfrutar da prática de atividades ao ar livre (BURILLO et al. 1992, p. 63-4; CALS e RIERA 1988, p.74).

A rica diversidade da Espanha e seus grandes contrastes geográficos, climáticos e paisagísticos têm sua expressão pontual em todas e cada uma destas regiões que, às vezes, se agrupam entre si para potencializar suas características comuns em ordem ao turismo. Como exemplo, temos a "Espanha Verde", nascida do esforço comum de Galícia, Astúrias, Cantabria e o País Vasco para ressaltar os aspectos comuns de sua paisagem, climatologia, gastronomia e atrativos turísticos – praia e montanha, esportes, turismo rural.

### **1.1. O Turismo Cultural no Espaço Rural**

As novas mudanças ocorridas na demanda turística têm valorizado

os espaços rurais com um apreciável grau de equilíbrio ecológico. Paralelamente, as transformações na estrutura da produção agrária, consequência da crise de superprodução obrigou novos delineamentos no modelo produtivo rural, entre os quais o fenómeno social do turismo está destinado a constituir-se um recurso económico de primeira magnitude pela fácil adaptação dos recursos rurais em elementos de oferta turística.

A movimentação de turistas no espaço rural é uma das formas mais antigas de fazer turismo. Os espaços naturais e o âmbito cultural do mundo rural foram um atrativo turístico, já no século XVIII, quando a industrializada burguesia e a nobreza britânica fugiam das contaminadas cidades para o campo a procura do ar limpo. Mesmo na Galícia, Espanha, o retorno de férias aos locais de origem de muitos emigrantes fazia com que as aldeias acolhessem pessoas que, tecnicamente, eram turistas, mas não agiam como tal. Já no século XX, países como a França, Reino Unido, Alemanha, entre outros, desenvolveram uma importante, diversificada e organizada oferta de turismo doméstico, com uma crescente valorização não só de descanso e lazer, mas também cultural, com uma recuperação e posta em uso do seu rico património. Neste período, a Espanha andava excessivamente centrada no litoral Mediterrâneo.

Em grande medida, o turismo rural tem sido impulsionado na Europa devido ao interesse por buscar métodos que reativassem a economia do mundo rural, no intento de frear os graves êxodos para as cidades. Com o propósito de alcançar esses e outros objetivos, a União Européia habilitou uma série de programas de carácter financeiro que, entre suas prioridades, previa desenvolver as regiões menos favorecidas. Assim, foram criados os denominados Fundos Estruturais (FEOGA – Fundos de Orientação e Garantia Agrícola-; FEDER – Fundos Estruturais de Desenvolvimento Regional e FSE – Fundo Social Europeu), parte dos quais revertem sobre a atividade turística relacionada com o mundo rural.

Também, dentro dos programas de iniciativa comunitária é importante mencionar os programas LEADER, PRODER e INTERREG. Grande parte dos fundos destinados aos mencionados programas tem sido revertido para o turismo rural. Sirva como exemplo que quase 50% dos fundos do LEADER I foram investidos em projetos de turismo.

De uma maneira global, o espaço rural se nos apresenta como um espaço natural, modificado em uns casos ou criado pela ação humana, sínteses de fatores naturais permanentes e dos efeitos de dita atuação humana ao longo do tempo, sobre o que se tem manifestado suas formas de

organização do espaço e das técnicas de aproveitamento de seus recursos. Assim, torna-se um espaço recreativo ou de ócio em si, mesmo em razão de suas necessidades naturais ou humanas. A paisagem, os modos de vida da sociedade rural, são fatores de atração por si só, pois constituem cenários diferentes do cotidiano e ritmos de vida diferente para o homem urbano.

Desde uma perspectiva concreta, tanto de patrimônio arqueológico, construções como moinhos, igrejas, fortalezas, casas rurais (de lavoura), como o etnológico, trabalhos antigos, oleiros, ferreiros e os utensílios para o exercício de suas atividades rurais. De fato há múltiplas experiências deste tipo que funcionam no âmbito dos países mediterrâneos, Portugal, Espanha, França, Itália e Grécia.

## **1.2. O uso do Patrimônio Arqueológico como Atrativo Turístico**

A atividade do homem ao longo da história vem gerando uma herança, tanto material como imaterial, da qual somos receptores na atualidade: pensamentos, sensibilidades, costumes, formas construtivas, manifestações artísticas. Essa herança está indissolivelmente ligada ao território em que ocorre, portanto, causa uma enorme variedade e riqueza de respostas humanas.

O Patrimônio Cultural é um conjunto de valores tangíveis e intangíveis que se têm conservado até nossos dias e que se identificam com um grupo humano. Um patrimônio, que vai desde o próprio meio natural ao artístico, passando pelo histórico, etnológico, documental e, mesmo, pelas formas do pensamento. É, portanto, fruto da natureza e da ação do homem, pelo qual se constitui como elo das sociedades antecedentes, que nós temos a responsabilidade de não só recuperar, conservar e transmitir senão também de acrescentar as contribuições de nosso tempo.

A noção de patrimônio, com a ideia de posse que lhe é implícita, sugere, imediatamente, que se está na presença de algo de valor. Valor que os seres humanos, tanto individual como socialmente, atribuem ao legado material do passado, valor no sentido do apreço individual ou social atribuído aos bens patrimoniais numa dada circunstância histórica, e conforme o quadro de referências de então. Trata-se de um conceito relativo, que varia com as pessoas e com os grupos que atribuem esse valor, permeável às flutuações da moda e aos critérios de gosto dominantes, matizado pelo figurino intelectual, cultural e psicológico de uma época. É patrimônio o que

se assume como tal por um grupo, no qual se reconhece, e sobre o qual adota uma atitude consciente e ativa.

A exploração turística dos recursos patrimoniais permite inverter a forte tendência de concentração da oferta turística junto ao litoral, dispersando o turismo para o interior, para as pequenas cidades, com uma distribuição mais equitativa dos seus benefícios, funcionando assim como fator de criação de emprego e de revitalização das economias locais. Representa, também, benefícios evidentes no que concerne aos custos de preservação do patrimônio que, muitas vezes, não podem ser assegurados pelos poderes locais. Por outro lado, com frequência se reclama a utilização do patrimônio para fins turísticos para se fazer em face de um turismo massificado que ameaça as identidades locais.

Não só os vestígios materiais das culturas passadas, como também culturas inteiras, são convertidos em espetáculos virtuais que vendem a ilusão do passado através de “modelos de um real sem origem nem realidade” (BAUDRILLARD, 1991: 8). Mas a identidade representada por estes sítios patrimoniais é ainda menos identitária que a suposta identidade urbana que a fabricou. Não podemos considerar o patrimônio como um recurso turístico *sui generis*. E, ao invés de se configurarem como instrumentos de conservação ambiental e de criação de benefícios socioeconômicos para as comunidades receptoras, esses estabelecimentos acabam, em geral, por aumentar o processo de degradação ambiental, gerando desequilíbrios socioeconômicos e desvalorização cultural.

No momento em que redescobrimos o valor do patrimônio, como elemento de identidade cultural, torna-se comum a discussão sobre as formas de seu uso. Países europeus como Espanha, Portugal, Itália, Alemanha, França, República Tcheca e outros perceberam que investir na restauração e preservação dos bens culturais, traz o benefício da dinamização do turismo, ao mesmo tempo em que fortalece a identidade nacional. Consequentemente, empresários e sociedade organizada se beneficiam com o aumento da riqueza interna, pois o turismo gera negócios e empregos. Esses patrimônios precisam ter a estrutura necessária para receber os turistas, que devem encontrar sinalização adequada, folhetos, guias e uma série de serviços para a visitaçã do bem cultural.

A União Europeia dispõe do potencial de crescimento econômico e da riqueza cultural necessários para o desenvolvimento do setor das indústrias culturais. Aos Estados-Membros da União não faltam ideias inovadoras nem talentos para enfrentar a concorrência cultural em escala

mundial. Embora já existam as condições necessárias para esta abordagem, os poderes públicos devem encorajar a criação de empresas culturais.

O turismo cultural é considerado uma área suscetível de vir a tornar-se o ponto de arranque e de reforço das indústrias culturais. O apoio ao turismo cultural permitirá consolidar e aumentar as atividades econômicas clássicas que estão relacionadas com o patrimônio cultural. A revitalização e a redefinição do turismo cultural poderão servir de base às ações inovadoras, associadas às novas tecnologias e aos meios de comunicação social, desenvolvimento que estimulará a criação de novas empresas, com boas possibilidades de expansão. Por isso, o turismo cultural é identificado como um espaço de desenvolvimento "empresarial" com grandes possibilidades de favorecer a coesão econômica, social e cultural das regiões em declínio.

Américo Pelegrini apresenta vários exemplos de patrimônio usado para fins culturais e que viabilizam a manutenção de heranças culturais, assim como o consumo da própria cultura (PELLEGRINI FILHO, 1993. p. 112 a 116). Ainda este autor (2001, p. 92) aponta que a noção moderna de patrimônio cultural vai além da questão arquitetônica, incluindo produtos do sentir, do pensar e do agir humanos, manifestados também por meio de inscrições de povos pré-históricos, sítios arqueológicos e objetos neles pesquisados, peças de valor etnológico, entre outros.

O Patrimônio Arqueológico possui alguns indubitáveis caracteres específicos que têm gerado a consideração de que se trata de um patrimônio difícil na hora de sua valoração e apresentação ao público. Os documentos, convenções, recomendações, cartas dos organismos internacionais que entendem o Patrimônio, como a UNESCO, ICOMOS ou o Conselho da Europa, mostram que os jazimentos arqueológicos eram tratados até há poucos anos, de três maneiras apenas: como lugares onde se havia de realizar uma atividade regulamentada (a arqueologia era tida apenas como uma atividade profissionalizada), como imóveis de interesse arqueológico, quando o permitiam a monumentalidade das estruturas ou o valor artístico dos achados, ou, simplesmente, como lugares onde se realizavam atuações de salvamento, recuperações que, por outro lado, quase nunca se conservavam. A este respeito resulta expressiva a linguagem utilizada nesse tipo de documentos: os monumentos se conservam e os jazimentos arqueológicos se salvam.

Na prática, os princípios básicos – conservar a parcialidade própria da arqueologia, aludir à interpretação e seguir alguns critérios de intervenção



conservacionistas – ultrapassam, sobretudo quando entra em jogo a exploração econômica do Patrimônio Arqueológico. E desta consolidação ou conservação se passa à reconstrução, com o que tem de interpretação arquitetônica dos jazimentos e seguindo alguns modelos estabelecidos, sobre tudo, por países do norte da Europa. O melhor exemplo deste âmbito é a fortificação da Idade do Ferro de **Eketorp**<sup>1</sup>, um dos lugares mais turísticos da Suécia. Alega-se, nesses casos, serem essas reconstruções as que melhor conservam as ruínas, já que os cobrem, evitam a vegetação e, portanto, ajudam os investigadores a comprovar experimentalmente suas hipóteses e se encarregarem do conteúdo didático, fazendo as ruínas compreensíveis sem necessidade de uma excessiva informação ao público (PROU e outros, 1995).

Os agentes turísticos se movem em um mercado cada vez mais global e competitivo, o que os obriga a buscar novas ofertas para dar resposta a uma distribuição cada vez mais personalizada e diferenciada da demanda turística. Nesse contexto, a oferta cultural, em suas múltiplas expressões e realidades, converte-se em um excelente destino para dar resposta a essa necessidade de alternativas, novas experiências e diversificação.

A este fato, cabe salientar o descobrimento por parte de muitos responsáveis governamentais e empresariais, do potencial do turismo cultural como fator estratégico para o desenvolvimento econômico local, em termos de geração de ocupação e renda. A própria Comissão Europeia propõe a potencialização do turismo cultural como um meio para reduzir o congestionamento e a estacionalidade, ao mesmo tempo em que expande territorial e temporalmente os efeitos positivos do desenvolvimento turístico (EUROPEAN COMISSION, 1995). Com base nesse argumento, localidades e regiões excluídas das grandes rotas e centros turísticos, ou sem os recursos clássicos de atração neste âmbito – sol, praia, monumentos ou atração simbólica, veem na revalorização e no acondicionamento de seu patrimônio natural, etnológico, arqueológico, monumental ou artístico um elemento de atração turística e de desenvolvimento econômico. Assim, só cabe adaptar ou redesenhar produtos específicos para este novo mercado e dispor de uma oferta de acolhida suficiente, como vias de comunicação, alojamento, restauração e serviços complementares, com o propósito de atrair os agentes turísticos e ao turista com interesses culturais a novos destinos.

---

<sup>1</sup>[http://www.raa.se/sites/img/eke\\_flygbild.jpg](http://www.raa.se/sites/img/eke_flygbild.jpg)

Segundo Margarida Barreto, o uso do patrimônio torna-se interessante quando, ao indicar que um centro histórico ou bairro revitalizado pode se transformar em “site museums”, entendidos como “museu de sítio” ou, ainda, “museu no local”, cujo espaço pode ser preparado para representar uma época: construções, vestuário, culinária e costumes devem “espelhar” uma época, permitindo com que os visitantes conheçam a história e a cultura (BARRETO, 2000. p 58 e 59). É, inclusive, uma forma de a população local conhecer-se e discutir sua identidade.

Todo este conjunto de ideias e ações está acompanhado de uma alternativa de desenvolvimento local e preservação do patrimônio arqueológico: a criação de um *Parque Arqueológico*, o qual se concebe como uma opção muito mais razoável que a musealização e a descontextualização dos vestígios, que integrariam o patrimônio arqueológico na cidade. Esta é uma aposta em que se propõe um duplo uso do patrimônio cultural: resgatar a história para a população, reafirmando a identidade social armazenada e organizar um espaço em que seja compatível o passado com o futuro. Esta proposta abre uma nova via no sentido da mercantilização do patrimônio arqueológico a serviço da atividade turística.

Afirma Guzmán (1989:194) que no Parque Arqueológico, os objetivos propostos estão entre a arqueologia, a cultura e a sociedade e, ao se definirem esses objetivos, é preciso tratar “cada parque como um mundo diferente”. Assim, ao analisar o Parque Arqueológico pela ótica social e projetar o Parque como serviço público, o autor enumera algumas situações:

a) O modelo endomuseu ou “museu de sítio” ou, ainda, “museu no local” (como citado a cima por Margarida Barreto), que se distingue do museu tradicional não só pelo seu conteúdo material, mas pela sua concepção funcional, onde a experiência cultural é capaz de provocar no visitante um estado de recreação;

b) O Parque Arqueológico concebido como complexo emblemático e uma forma de valorização da origem por meio dos recursos arqueológicos. Através do Parque Arqueológico é possível desvendar o passado e recuperar o tempo perdido em virtude de uma perspectiva histórica. Cada objeto retido num Parque Arqueológico não reflete apenas alguma coisa, e sim uma situação.

Tendo em conta os problemas de gestão do território, com que se deparam essas áreas protegidas, pode-se também imaginar que tipo de problemas terá a administração de um parque arqueológico para impor a nova figura legal, principalmente na área da cultura, geralmente o setor mais sacrificado de qualquer orçamento em cenários de crise econômica. O grande desafio que se coloca é o de assumir, por parte das instituições públicas, a importância destas novas figuras legais: parque arqueológico e plano de ordenamento de parque arqueológico.

Atualmente, na Europa, existem dois exemplos de projetos e implantação de parques arqueológicos, que podem ser citados como exemplo e que ilustram a interação existente entre a preservação do patrimônio e o desenvolvimento das comunidades que se beneficiam do patrimônio natural e arqueológico, são: o Parque Arqueológico do Vale do Côa – Portugal, que é bastante ilustrativo, bem como o conjunto de parques arqueológicos da Rede Galega do Patrimônio Arqueológico da Galícia - Espanha.

A Rede Galega do Patrimônio Arqueológico (RGPA), criada pela Xunta da Galícia, se estrutura fundamentalmente em torno de três missões básicas: a difusão, conservação e investigação do patrimônio arqueológico de todo o território da Comunidade Autónoma. Os programas de ações são desenvolvidos em jazimentos a fim de contribuir na sua conservação, tornando-o compatível ao seu uso como recurso para promover e incrementar a conscientização do público acerca de seus valores culturais e poder conhecer o passado histórico da Galícia (XUNTA DE GALÍCIA, 2004).

Segundo dados da Conselheria de Cultura, Comunicação Social e Turismo (2004), a Galícia possui um território de 29.575 Km<sup>2</sup> e uma população de 2.800.000 habitantes e conta atualmente com cerca de 15.000 jazimentos arqueológicos inventariados, que são gerenciados pelo Serviço de Arqueologia da Administração Autónoma, desde 1985, integrado, junto a Direção Geral do Patrimônio Cultural no Conselho de Cultura, Comunicação Social e Turismo.

O programa da RGPA prevê a criação e gestão de quatro grandes parques arqueológicos. Enfocados de maneira temática sobre os quatro fenômenos culturais mais importantes do patrimônio arqueológico galego, encontram-se localizados em cada uma das quatro províncias galegas, com a finalidade de abarcar a totalidade do território da Galícia; esses parques se encontram em diferente estágio de execução (RGPA, 2004). O uso do Patrimônio Arqueológico como atrativo turístico:

- Parque Arqueológico do Megalitismo – província de A Coruña;
- Parque Arqueológico de Arte Rupestre – província de Pontevedra;
- Parque Arqueológico da Cultura Castreña – província de Ourense;
- Parque Arqueológico do Mundo Romano – província de Lugo;

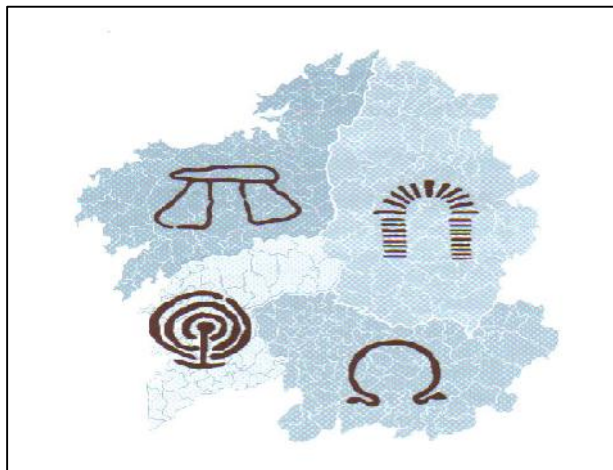


Figura 1: Distribuição dos Parques Arqueológicos da RGPA de Galícia.

Estes parques arqueológicos possuem objetivos que vão além da revalorização e difusão de uma área arqueológica concreta. Os parques arqueológicos gozam do máximo grau de proteção estabelecido na lei – como bens de interesse cultural – e representam, dentro da RGPA, a infraestrutura mais ambiciosa para a apresentação ao público do patrimônio arqueológico e será capaz de gerar recurso patrimonial que incida no desenvolvimento sustentável o entorno rural ou urbano próprio do parque.

Em essência, procura-se a compatibilização do valor educativo, científico e social dos diversos elementos do parque arqueológico, com a proteção que cada um deles merece, evitando as causas de degradação, mesmo que exista uma limitação de acesso, e, sobretudo, dotar os visitantes da informação suficiente em relação ao nível cultural e aos propósitos de cada um desses parques.

### 1.3. A Rede Galega do Patrimônio Arqueológico (RGPA)

As intervenções no contexto dos projetos arqueológicos de obras de âmbito rural ou urbano, junto com as prospecções sistemáticas de localização e identificação de jazimentos arqueológicos, permitem contar, hoje em dia, com uma base documental de mais de 12.000 jazimentos arqueológicos conhecidos na comunidade autônoma de Galícia. Tem-se incrementado não só o volume de informação deste inventário, como também a qualidade de seu registro. Dispõe-se agora de dados contrastados dos diversos elementos do patrimônio arqueológico e, sobretudo, tem-se ampliado o conhecimento dos jazimentos não visitáveis em superfície, como consequência do controle e seguimento exaustivo, acompanhados em ocasiões de atuações arqueológicas de sondagens e/ou escavações, realizadas nas diversas obras nas que se tem imposto uma cautela arqueológica.

Muitos destes jazimentos arqueológicos estão à disposição para ser postos em valor e propiciar o conhecimento do público em geral. Atualmente, alguns deles estão em processo de consolidação e revalorização, ou seja, no contexto das medidas corretoras e protetoras na execução de projetos de obras, ou em projetos específicos de recuperação e conservação dos jazimentos arqueológicos que, durante anos, têm sido objeto de escavações sistemáticas no âmbito da investigação.

A RGPA nasce, também, como um organismo de gestão baseado na cooperação e no trabalho em rede de centenas de associados a jazimentos com diferentes níveis de titularidade, porém com objetivos comuns, mobilizando, na maior parte das ocasiones, o compromisso de distintas Administrações e demandando uma participação mais ativa de outros agentes sociais nestes projetos de revalorização.

Os Centros de Interpretação vinculados aos Parques Arqueológicos, como infraestrutura cultural integrada que permite a exposição, difusão e investigação, são concebidos com funções didáticas e de informação, uma narrativa orientada, assim como o contexto histórico e ambiental que caracteriza cada manifestação cultural no noroeste peninsular, a um público não especializado. Os quatro parques são os seguintes:

- **PARQUE ARQUEOLÓGICO DO MEGALITISMO - *Arquiteturas para a morte***

Este parque será instalado na província de A Coruña, na denominada Terra de Soneira na Costa da Morte, em uma zona onde estão localizadas grande número de câmaras megalíticas, com atuações de acessibilidade, conservação e valorização das mais significativas e acondicionamento de rotas de visita aos demais conjuntos megalíticos (Ver Figura abaixo).

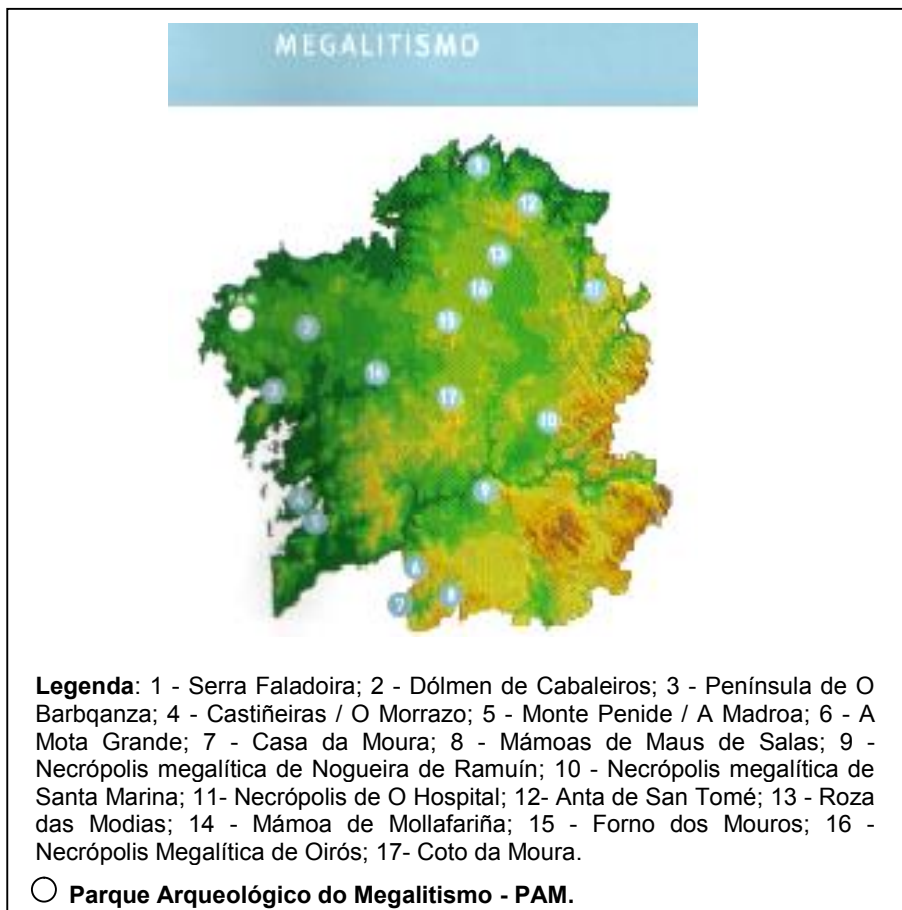


Figura 2: Parque Arqueológico do Megalitismo -Arquiteturas para a morte.

Os sepultamentos de túmulos subterrâneos, denominados «mámoas», «medorras» o «medoñas», constituem os monumentos mais antigos reconhecidos na paisagem galega. Hoje em dia, na Galícia, são reconhecíveis mais de 5.000 monumentos funerários da cultura megalítica, os quais, cronologicamente, se situam em um período compreendido entre o IV milênio e finais do III milênio antes de Cristo.

Alguns destes monumentos apresentam grandes câmaras megalíticas, como as que se localizam nas comarcas de Terra de Soneira e de Xallas da província de A Coruña; como exemplos: o Arca da Piosa em Zas, a Pedra da Arca e a Pedra Cuberta em Vimianzo ou o Dolmen de Dombate em Cabana.

• **PARQUE ARQUEOLÓGICO DE ARTE RUPESTRE - *Arte na paisagem***

Será instalado no conjunto de gravados rupestres situado entre os lugares de Paredes e Praderrei, no Ajuntamento de Campo Lameiro da Província (Município) de Pontevedra (Ver Figura 5).

Os petroglifos, gravuras ao ar livre sobre rocha, constituem a maior manifestação de arte ao ar livre da Pré-história galega. Com representações geométricas, de zoomorfos, de armas que, em grande parte, se encontram cronologicamente no III milênio antes de Cristo. O elevado número de rochas com gravuras rupestres existentes na Galícia, a variedade dos desenhos, assim como suas dimensões, situam o conjunto de petroglifos galegos no mesmo nível de importância que outros importantes focos de arte rupestre europeus.

• **PARQUE ARQUEOLÓGICO DA CULTURA CASTRENHA. *O território dos povoados fortificados***

Nesse parque, já se iniciaram os trabalhos de conservação e posta em valor do jazimento de *A Cidade de San Cibrán de Las*, entre os Ajuntamentos de San Amaro e Punxín na província de Ourense, onde será localizado o Centro de Interpretação da Cultura Castrenha (em processo de execução).

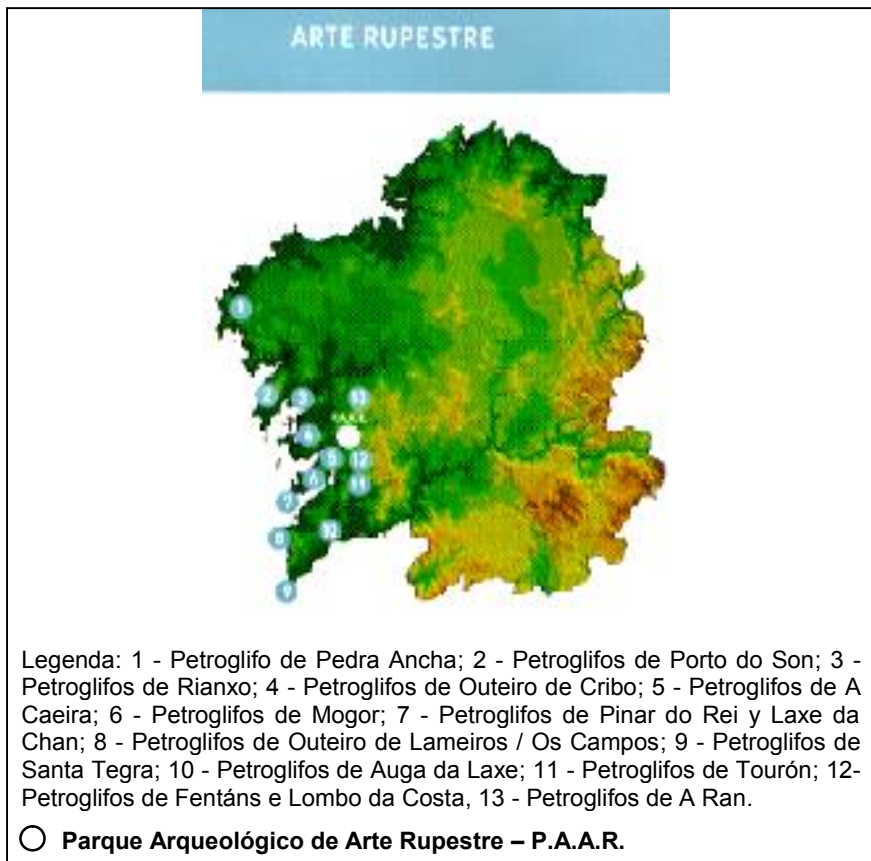


Figura 3: Parque Arqueológico de Arte Rupestre – P.A.A.R.

A cultura castrenha no noroeste peninsular se caracteriza pela existência de povoados fortificados, castros, que se encontram na Idade do Ferro, entre o século IX a.C. e o século I d.C., com permanência em época romana. Suas estruturas, muralhas, parapeitos e fossos tornam-nos facilmente reconhecíveis e, por isso, constituem elementos significativos da paisagem rural galega.

O jazimento de *A Cidade de San Cibrán de Las* é um dos maiores castros conhecidos na Galícia, em que se pode apreciar o urbanismo de uma etapa tardia da cultura castrenã, já em contato com o



mundo romano. No centro de interpretação se definirá um programa expositivo da cultura castreña em Galícia, no qual terá todas as fases e singularidades desta cultura representadas nos diversos jazimentos castrenhos escavados que, por sua vez, como centros subsidiários do parque, formarão parte da Rede Galega do Patrimônio Arqueológico.

• **PARQUE ARQUEOLÓGICO DO MUNDO ROMANO. *A vida cotidiana e a cidade.***

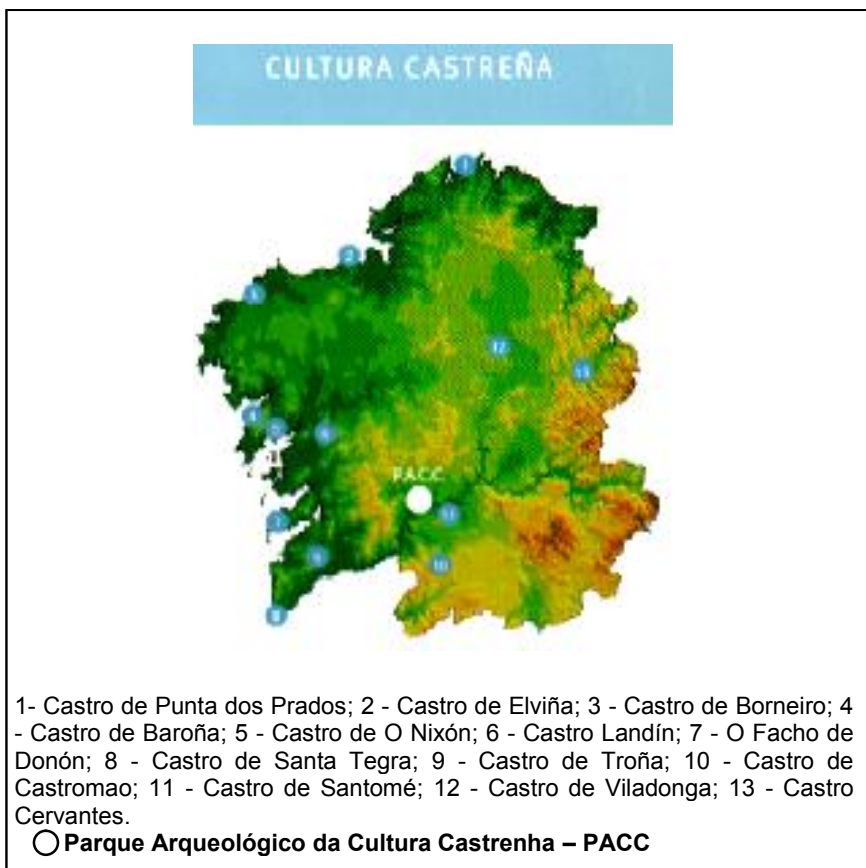


Figura 4: Parque Arqueológico da Cultura Castreña – PACC

O Parque Arqueológico do Mundo Romano será instalado na cidade de Lugo, dada a singularidade e importância dos restos arqueológicos dessa época, existentes no âmbito da mesma cidade e de seu entorno.

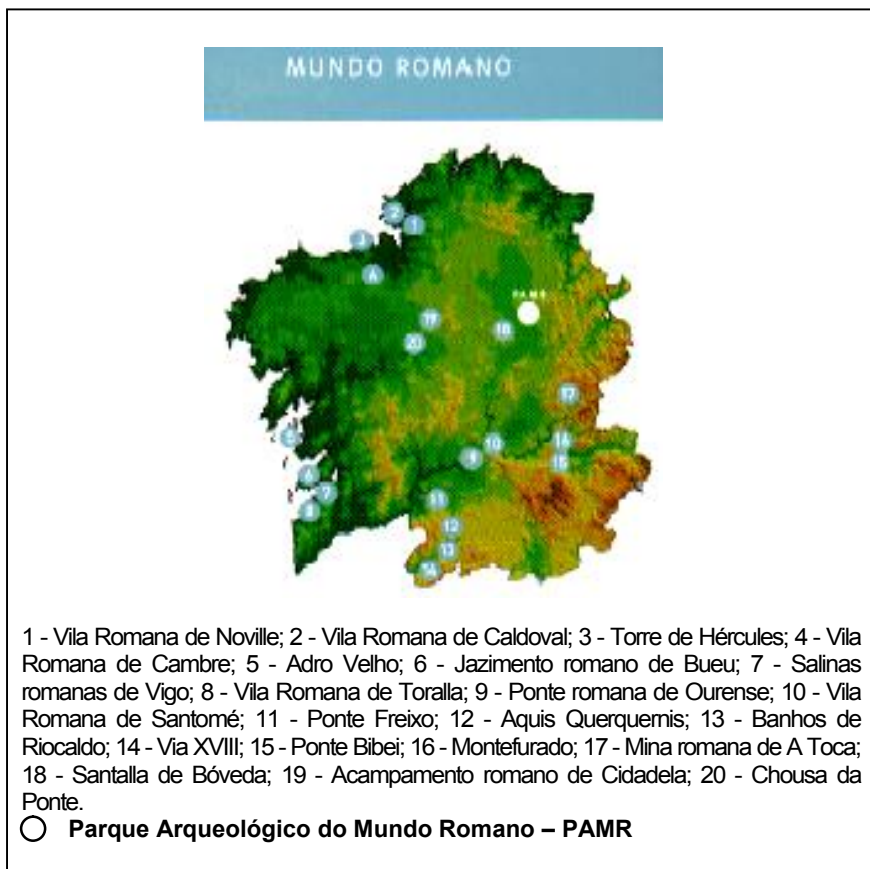


Figura 5: Parque Arqueológico do Mundo Romano – PAMR

## 2. Considerações Finais

Diante desse quadro de perspectivas e apontamentos, podemos constatar ser inegável que nos encontramos em um momento de novos tempos, tanto no que diz respeito a novos princípios de gestão do patrimônio, como na aparição de uma série de novos produtos turísticos, motivados por uma mudança nos hábitos de consumo da população, dentre os quais se destaca o turismo cultural. Sendo assim, é necessário definir novas estratégias de intervenção que permitam estabelecer planejamento comum entre as políticas de proteção, conservação e investigação do patrimônio e sua valorização como recurso turístico, portanto, sujeito a uma série de delineamentos técnicos de produção que permitam obter bons resultados econômicos tendo em vista exploração racional e sustentável destes recursos.

É óbvio que a pujança do turismo pode contribuir para o desenvolvimento e a revitalização de cidades e regiões, mas, às vezes é suscetível de criar pressões sobre o patrimônio que afetam a qualidade de vida de suas comunidades. As políticas e estratégias de turismo cultural devem estar enquadradas na perspectiva de uma “utilização equilibrada e sustentável do patrimônio” reservando suas possibilidades de uso para as gerações futuras.

Por outro lado, é necessária a presença e a participação de profissionais que, com um amplo conhecimento da problemática do patrimônio cultural em todos seus aspectos – legislação, documentação, catalogação, conservação e restauração, e difusão cultural – sejam capazes de unir patrimônio e turismo dentro do respeito e do princípio de sustentabilidade. Somente uma boa gestão do patrimônio cultural poderá arbitrar soluções eficazes aos muitos problemas que a conservação de um patrimônio tem em nossos dias.

O turismo cultural e a crescente demanda por “consumir” o patrimônio arqueológico e cultural são uma realidade, um feito que não podemos negar nem reverter. Neste contexto histórico, como atores sociais e investigadores da cultura, é necessário ter a responsabilidade de atuar e de tomar partido, participando de maneira direta ou indireta das políticas estatais que fomentam o turismo cultural, reflexionando, discutindo, assessorando e educando sobre a correta utilização dos bens patrimoniais, assumindo, enfim, uma postura crítica e correta.

### 3. Referências Bibliográficas

AAVV. **Estudos de caracterização e proposta preliminar do Plano de Ordenamento do PAVC**. s.l.: IDAD, 1999.

ALVAREZ, C. y GRANDE, J. Turismo cultural: análisis de la oferta; el producto y su comercialización. In: **Grande, J., Coord. Actas del Congreso Europeo sobre Itinerarios Culturales y Rutas Temáticas; 1997 Logroño: Fundación Caja Rioja; 1998: 115-178.**

ARIÑO, Antonio. **Asociacionismo y patrimonio cultural en la Comunidad Valenciana. Consellería de Educación y Cultura** (inédito). Valencia. 1999.

\_\_\_\_\_. “La expansión del Patrimonio Cultural”, **Revista de Occidente**, nº. 250, marzo 2002.

\_\_\_\_\_. “La patrimonialización de la cultura en la sociedad del riesgo y de la información”, en: **José María García y Pablo Navarro, Más allá de la Modernidad**, CIC, 2002.

AZEVEDO, J. Turismo, cultura e patrimônio. In: **CORIOLOANO, N.M.T. (org.). Turismo com ética**. v.1. Fortaleza: UECE, 1998.

BALLART, Josep. **El Patrimonio Histórico y Arqueológico: Valor y Uso**, Barcelona, Ariel Patrimonio Histórico, 1997.

BAPTISTA, A. Martinho. O complexo de gravuras rupestres do Vale da casa (Vila Nova de Foz Côa). **Arqueologia**. 8, 1993, p. 57-69.

BARRE, J. **Vendre le Tourisme Culturel**. Paris: Économica; 1995. 316 pp. Patrimoine.

BARRETO, Margarida. **Turismo e legado cultural**. Campinas: Papyrus, 2000.

BOTE GOMEZ, V. Turismo y Municipio. in: **Tercer seminario, Turismo de Ciudad y Patrimonio Cultural**. Marbella, 1997.

\_\_\_\_\_. Turismo de ciudad y patrimonio cultural en España: algunas características estructurales desde el punto de vista económico. In: **Marchena M., Edit. Turismo urbano y patrimonio cultural una perspectiva europea**. Sevilla; 1998.

CAMPILLO GARRIGÓS, R. **La gestión y el gestor del patrimonio cultural**. 1ª ed. Murcia: Editoria IKR; 1998. 328pp.

CASTRO MORALES, F and BELLIDO GANT, M. **Patrimonio, museos y turismo cultural: claves para la gestión de un nuevo concepto de ocio**. Córdoba: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Córdoba; 1998. 180 pp.

CONSEIL DE L'EUROPE. **Les Itinéraires en tant que Patrimoine Culturel**. Madrid; 1994.

CRIADO BOADO, F. Arqueología del paisaje y espacio megalítico en Galicia. **Arqueología Espacial**. 1988, 12, p. 61-117. Teruel.

\_\_\_\_\_. Espacio monumental y paisajes prehistóricos en Galicia. En: **Semana Galega de História. Concepcións espaciais e extratexias territoriais na historia de Galicia (Santiago de Compostela, mayo 1992)**, p. 23-54.

CRIADO BOADO, F. y GONZÁLEZ MÉNDEZ, M. La puesta en valor del patrimonio arqueológico desde la perspectiva de la Arqueología del Paisaje. En VV. AA. Cuadernos de conservación Arqueológica, Reflexión y debate sobre teoría y práctica. **Cadernos del Instituto Andaluz de Patrimonio Histórico III**. 1994 Sevilla: Junta de Andalucía. Pp. 58-75.

CUELLAR, J. P. **Nossa diversidade criadora**. Brasília: UNESCO/MEC/Papirus, 1997.

FIGUEROLA PALOMO. El arte y la cultura en la actividad turística. En: **Turismo y gestión del patrimonio cultural. Conferencia dictada en la Universidad Internacional Menendez Pelayo**. Santander, 1999.

FLADMARK, J. M. **Cultural tourism**. 1ª ed. London: Donhead Publishing Ltd; 1994. 413 pp.

FUNARI, P. P.; PINSKY, J. (orgs.). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2001 (Col. "Turismo Contexto").

GARRIGÓS, Rosa Campillo. **La Gestión y el Gestor del Patrimonio Cultural**, Murcia, Editorial KR, 1998.

GÓMEZ Ferri, Javier "Del patrimonio a la identidad. La sociedad civil como activadora patrimonial en la ciudad de Valencia". **Gazeta de Antropología**, nº. 20, 2004.

GONZÁLEZ MÉNDEZ, M. O patrimonio cultural na organización da oferta turística galega: o papel dos conellos na organización desta oferta. *FEGAMP (Revista da Federación Galega de Municipios e Provincias)*. Santiago de Compostela, 1994b, 5, p. 57-63.

\_\_\_\_\_. **La revalorización del patrimonio arqueológico: La definición de un programa para el Ayuntamiento de Toques (A Coruña)**. Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 2000.

GRANDE, J. **Turismo cultural: análisis y metodología de producción**. Logroño, Fundación Caja Rioja;1998.

GUZMÁN, C.M. de. MINISTERIO DE CULTURA. **Seminario de Parques Arqueológicos**. Madrid: Instituto de Conservación y Restauración de Bienes Culturales, 1993.

HASEGAWA, J. K.; KUNZLI, R.; CORTEZ THOMAZ, R. C. Corrida Contra o Tempo: Salvamento Arqueológico. Oregon (EUA), **Revista Geo Convergência**, v.2, n 0 2, junho de 1999, pp. 10-18.

HERNÁNDEZ MARTÍ, Gil-Manuel. **La modernitat globalitzada**. Tirant Lo Blanch. Valencia. 2002.

HERNÁNDEZ RAMÍREZ, Javier “El Patrimonio en movimiento. Sociedad, memoria y patrimonialismo”, en: **Revista Mexicana de Estudios Antropológicos**, tomo XLVII-XLVIII. México. 2004.

INSTITUTO DE ESTUDIOS TURISTICOS. **Estudio de los paquetes turísticos. Año 1996, y avance del verano 1997, resumen ejecutivo**. Madrid: Instituto de Estudios Turísticos; 1997, 46 p.

IRISH TOURIST BOARD & BRADY SHIPMAN, M. **Inventory of Cultural Tourism Resources in the Member States and Assessment of Methods used in Promote them**. Brussels: Commission of the European Communities; 1988. 170 pp.

LOIS GONZÁLES, R. C. e SOLLA, X. S. *La actividad turística española en 1999*. In: **AECID [s.n.]**, Madrid, 2000, pp. 353-367.

MÉNDEZ MADARIAGA, A. e RASCÓN MARQUÉS, S. **Iniciativas para la gestión del patrimonio en amplias áreas de interés arqueológico: El caso de Complutum y Alcalá de Henares en Madrid**. **JORNADAS SOBRE**



**LA ARQUEOLOGÍA PROFESIONAL EN CATALUÑA, 2.** *Actas*, Barcelona, 1993.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra. Os “usos culturais” da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: **YÁZIGI, Eduardo, CARLOS, Ana Fabri Alessandri, CRUZ, Rita de Cássia Ariza da.** **Turismo: espaço, paisagem e cultura.** São Paulo, Hucitec, 1999.

MOLETTA, V. F. & GOIDANICH, K. L. **Turismo cultural.** 2ª ed. Porto Alegre: SEBRAE-RS, 2000 (Série "Desenvolvendo o Turismo", vol. 4).

MORAIS, J. L. A Arqueologia e o Turismo. IN: **FUNARI, P. P. e PINSKY, J.** **Turismo e Patrimônio Cultural.** São Paulo: Contexto, 2003.

MOREIRA, Carlos Diogo. **Identidade e Diferença. Os Desafios do Pluralismo Cultural.** Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Humanas, 1996.

NIETO SANDOVAL, M. “La situación del turismo cultural”. In: Grande, J., Coord. **Actas del Congreso Europeo sobre Itinerarios Culturales y Rutas Temáticas; 1920 22-1997 22 Logroño:** Fundación Caja Rioja; 1998: 45-56. 366 pp. ISBN: 84-89740-14-3.

PRATS, Llorenç. **Antropologia e Patrimônio.** Barcelona, Editorial Ariel, S.A, 1997.

PELLEGRINI FILHO, Américo. **Ecologia, cultura e turismo**. Campinas: Papyrus, 1993.

PIRES, Mario Jorge. **Lazer, turismo e cultura**. São Paulo: Manole, 2001.

Querol, M.A. (1993) **Filosofía y concepto de Parque Arqueológico, Seminario de Parques Arqueológicos**. Ministerio de Cultura. 13-22.

RICHARDS, G. "Cultural Tourism in Europe" en: **Cooper & Lockwood, Edit. Progress in Tourism Recreation and Hospitality Management**. United Kingdom: John Wiley & Sons; 1994; 219 pp.

SHACKLEFORD, P. "Nuevos productos turísticos: el resurgimiento del turismo cultural". In: **Grande, J. Coord. Actas del Congreso Europeo sobre Itinerarios Culturales y Rutas Temáticas**; Logroño: Fundación Caja Rioja; 1998: 39-44. 366 pp. ISBN: 84-89740-14-3.

SANTOS SOLLA, X. M. **Tipoloxía e novas modalidades de Turismo**. Turismo Rural e Desenvolvemento Territorial. SEMINARIO DE INICIATIVAS LOCAIS, 1. *Anais*, Arzúa, 2001.

TOMILLO, F. "El turismo cultural" en: **A.E.C.I.T. La Actividad Turística Española en 1995**. Madrid: A.E.C.I.T.; 1997; pp. 623-646. 693 pp. ISBN: 84-9225870-9.

\_\_\_\_\_. "España 94, Turismo Cultural". In: **A.E.C.I.T. La Actividad Turística Española en 1994**. Madrid: A.E.C.I.T.; 1996; pp. 503-526. 563 pp. ISBN: 84-605-4782-5.

TRESSERRAS, J. J. **El arqueoturismo o turismo arqueológico: un paso más para la valorización del patrimonio arqueológico**. Boletín de Gestión Cultural nº. 9: Turismo Arqueológico, 2004. ISSN: 1697-073X.

WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Concepts, definitions and classifications for tourism statistics**. Madrid: World Tourism Organization; 1995. 125 pp.

\_\_\_\_\_. **Desarrollo Turístico Sostenible, guía para planificadores locales**. Madrid: World Tourism Organization; 1993. 235 pp. (Turismo y Medio Ambiente).

\_\_\_\_\_. **El turismo hasta el año 2000. Aspectos cualitativos que afectan su crecimiento mundial**. Madrid: World Tourism Organization; 1990. 49 pp.

\_\_\_\_\_. **Evaluación de recursos turísticos**. Madrid: Organización Mundial del Turismo; 45pp.

\_\_\_\_\_. **Global Tourism Forecasts to the year 2.000 and beyond**. Madrid: World Tourism Organization; 1994. 89 pp. (Regional Forecasting Studies; Europe).